

CEPAL. (2002). *Eqüidade, Desenvolvimento e Cidadania*. Rio de Janeiro: Campus, 95 p.

*Cassiano Ricardo Martines Bovo**

A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), criada em 1948, sempre se caracterizou pelo diagnóstico e propostas para a América Latina, numa perspectiva chamada de *histórico-estrutural*. Celeiro de grandes economistas-pensadores, a CEPAL, embora não mais com o *glamour* de outros tempos, continua a produzir farto material de relevância. É o caso do relatório em questão (*Eqüidade, desenvolvimento e cidadania*), que se constitui num mapeamento da América Latina, no que diz respeito à tríade constante no título, após o “furacão” neoliberal que imperou no continente na década de 1990.

O relatório chama atenção para o descompasso entre o vigor econômico (basicamente as chamadas reformas estruturais e as mudanças macroeconômicas de par com instrumentos de liberalização) e tecnológico e os benefícios sociais no período em questão. O fato é que as reformas em questão tiveram pouco impacto em termos redistributivos. É preocupante a dificuldade de acesso, por parcela significativa da população do continente, aos benefícios da chama-

* Cassiano Ricardo Martines Bovo é mestre em Economia pela PUCSP, doutor em Ciências Sociais pela PUCSP e leciona na Faculdade São Luís e nas Faculdades Integradas Cantareira.

da (e mal encaminhada) *globalização*, com suas fraturas ambientais e sociais.

Por isso, parece-nos relevante um trabalho desse quilate, que propõe políticas públicas com o intuito de reverter esse quadro, em prol dos “desprivilegiados” do continente, como afirma o documento (p. 12):

(...) o desafio mais crucial, com o qual a região se confronta no limiar deste século é a criação de sociedades mais igualitárias. Este deve ser o parâmetro básico para se medir a qualidade do desenvolvimento.

Pode-se dividir o trabalho em três partes: uma inicial (com recorrências em todo o texto) sobre os valores que devem permear as propostas; em seguida, um diagnóstico sobre a situação da região, no que diz respeito à tríade do título; e, finalmente, as propostas e desafios apresentados.

No que diz respeito aos *valores* que norteiam o relatório, destacamos a *igualdade*, os *direitos humanos*, o *meio ambiente* (vale dizer o *desenvolvimento sustentável*), além de uma noção de *democracia* baseada na efetiva participação dos cidadãos. Com relação aos direitos humanos, trata-se de ampla dimensão, isto é, para além dos direitos sociais, econômicos e culturais, mas também os civis e políticos, que têm forte conexão com a *cidadania*, geralmente expressa pela luta e ampliação desses direitos. O espírito a nortear as mudanças deve ser o da *universalidade, solidariedade e eficiência*.

O relatório propõe um conceito de desenvolvimento chamado de *integral*, que amplia o horizonte, pois incorpora uma ampla gama, já mencionada, de componentes e propõe a correlação entre valores e propostas numa perspectiva *transdisciplinar*, pois entende que não adianta atacar ou concentrar-se num problema ou área, apenas, mas trabalhar com o todo integrado.

Quanto ao *diagnóstico* (*O legado da década de 1990*), o quadro pintado e demonstrado no relatório (através de dados), não deixa muito espaço para comemorações. No plano macroeconômico são abordadas as seguintes variáveis: PIB, PIB per capita, investimento, déficit público, inflação e balanço de pagamentos. Apesar da vitória antiinflacionária no continente, o relatório mostra que o fraco desempenho das demais variáveis macroeconômicas dificultaram o avanço social (*Fragilidade das tendências sociais*), em que fica evidente a *fraqueza dos mercados de*

trabalho e, mesmo considerando-se o aumento dos gastos sociais ocorridos na região, a dívida social ainda é enorme, além da baixa eficiência e qualidade dos serviços sociais, a evidenciar que importa mais a *maneira* como se gasta e não a quantidade.

Outro aspecto que chama atenção é o fato do crescimento econômico (quando e onde ocorreu), na década de 90, não ter repercutido, na mesma intensidade, sobre a redução da pobreza, a evidenciar a falácia das teses que relacionam automaticamente crescimento econômico com melhorias sociais; assim como os avanços sobre a educação pouco repercutiram sobre a desigualdade.

O documento aponta os avanços, ainda limitados, no que diz respeito à igualdade entre os sexos, o desenvolvimento sustentável (de acordo com o documento, ainda relegado a um papel secundário), bem como o desenvolvimento apenas parcial da democracia (ainda muito presa ao âmbito estritamente formal, mas pouco relacionada à participação efetiva da população sobre as decisões que afetam suas vidas).

No que diz respeito às *propostas e aos desafios* (*Uma agenda de desenvolvimento para o século XXI*), o relatório em questão enfatiza principalmente a *educação* e o *emprego* como pilares do desenvolvimento integral, no atual momento histórico da região latino-americana; no caso, educação conscientizadora, com qualidade e continuidade, e empregos de qualidade, permanentes, além de políticas de apoio aos setores geradores de emprego. Nesse sentido, o documento aponta a importância do Estado, em que pese a proeminência do mercado na região, e enfatiza a combinação entre o público e o privado, envolvendo a sociedade civil.

Quanto às práticas flexíveis de contratação que vêm imperando no continente, o documento mostra-se cético (p. 61):

A adoção de práticas flexíveis de contratação certamente não é uma panacéia para os problemas associados à demanda de mão-de-obra, e seria irreal pensarmos que elas poderiam reverter os efeitos das políticas macroeconômicas sobre a criação de empregos resultantes do crescimento econômico inadequado ou instável.

O relatório aborda também a questão da doença e da velhice, o desafio da previdência social (elencando os tipos de sistemas existentes) e aponta o dedo na ferida: como conciliar os gastos públicos necessários e inadiáveis com uma política fiscal razoavelmente equilibrada? Além disso, ressalta que, na área social, a descentralização e os quase-merca-

dos ainda não geraram os efeitos esperados, principalmente a universalização do atendimento. Deve-se apontar, também, a crítica em relação ao fato de parcela significativa dos impostos arrecadados na região provirem de impostos indiretos, que são, como é amplamente denunciado, regressivos.

O documento revela a preocupação com a instabilidade macroeconômica no âmbito da globalização, especialmente com a volatilidade do balanço de pagamentos, e propõe algumas ações nessa área. Chama atenção a sua crítica em relação à *definição extremamente limitada de estabilidade macroeconômica* (p. 69), que não incorpora a dimensão social e fica restrita à performance econômica; além da proposta de criação de fundos fiscais, por parte dos países, no momento de crescimento econômico, para serem utilizados em momentos de crise, em que a cobertura social tende a aumentar e a renda fiscal a diminuir.

Como se observa, as questões abordadas são bastante polêmicas, variam de país a país e a aplicação das propostas geralmente se revela mais difícil do que parece. De qualquer forma, entendemos que o documento em cena serve ao menos para levar à reflexão, por parte dos atores envolvidos, a respeito da situação em que se encontra a América Latina. O relatório termina com uma análise que nos parece bastante provocadora em termos de princípios a serem seguidos na aplicação das políticas; trata-se da controvérsia (p. 87):

(...) possivelmente a mais importante deste início de século: a controvérsia entre os que vêem os elementos do desenvolvimento humano — educação, saúde e trabalho — como direitos e, como tais, venerados ainda mais na International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, e os que os encaram como bens ou “commodities” que os indivíduos terão que adquirir com seu próprio esforço. Onde termina o mundo das “commodities” e começa o mundo dos direitos? Em outras palavras, onde termina o mundo dos consumidores e começa o dos cidadãos? Esse certamente é um dos dilemas mais cruciais que as sociedades de nossa região — e o mundo inteiro — enfrentam hoje.